

Longevidade como expressão da qualidade de vida urbana

Ruben Cesar Keinert*

Mensurar a qualidade de vida tem sido uma busca constante desde que a noção passou a estar incluída na avaliação do impacto de políticas públicas determinadas ou mesmo de gestões governamentais vistas de um ponto de vista integral. Várias propostas de mensuração convivem atualmente, de modo geral respaldadas por entidades públicas de pesquisa e por institutos de levantamento de dados e opiniões.

Essas propostas diferenciam-se por causa da definição de qualidade de vida que escolhem. A maioria delas toma condições de vida como referência e trata de medir a disponibilidade de bens e serviços para a população, supondo que a sua existência afeta positivamente a qualidade de vida. Pode-se dizer que essas propostas remetem à noção de bem-estar social, cuja consecução caracterizou os esforços de desenvolvimento econômico e social conduzidos pelos estados das nações emergentes, durante a maior parte do século XX.

Outra concepção de referência que tem sido utilizada é a do desenvolvimento humano. Busca captar a efetivação de capacidades e potencialidades humanas da comunidade em estudo e tem inspiração evidente nos parâmetros do Índice de Desenvolvimento Humano, medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nesse caso, qualidade de vida é aproximada à noção de desenvolvimento humano.

Uma terceira referência tem sido a da exclusão social. Nessa proposta, tenta-se mensurar o contingente de pessoas não beneficiadas e, portanto, incapacitadas para usufruir as oportunidades oferecidas pelo mercado e que deveriam ser objeto das políticas públicas de caráter social. Por meio dela, capta-se a falta ou insuficiência de qualidade de vida existente.

Outra referência é a que está implícita na noção de *cidade saudável*. Tendo como base a noção de promoção à saúde, a qual reforça a importância da participação comunitária e o desenvolvimento de parcerias entre o setor público, privado e a sociedade civil, o movimento Cidades Saudáveis incentiva a ação intersetorial e a participação social no contexto específico da gestão local.

Outra importante vertente de trabalhos sobre qualidade de vida, busca captá-la pela percepção da população. Parte de que qualidade é uma atribuição que a população faz da sua situação. Verifica o que realmente chega à população e é percebido por ela como qualidade.

Todas essas propostas contribuem para o conhecimento da realidade social a partir de uma ou de

um conjunto de variáveis tomadas como parâmetro. Essas variáveis, no entanto, são muitas vezes condições para que um bom nível de qualidade de vida seja atingido, não representariam por si próprias o que se pretende como qualidade de vida, uma formalização da idéia de uma vida que vale a pena ser vivida.

Nesse sentido, a observação das várias propostas existentes acabou por proporcionar uma sugestão para uma nova formulação. Chamou a atenção a engenhosidade da proposta do IDH, particularmente quando inclui a longevidade como critério de desenvolvimento, ao lado da renda e da escolaridade. Longevidade é uma variável de resultado, significa o modo como uma população processa o seu poder aquisitivo de consumo, suas condições de vida e, especialmente, o seu estilo de vida; conjuga ao mesmo tempo sabedoria de viver com possibilidades materiais e ambientais disponíveis e alcançadas.

Por ser de resultado, contrabalança o peso das outras variáveis estratégicas, renda e escolaridade, atributos que podem ser influenciados por iniciativas que não visam necessariamente a produzir uma vida de melhor qualidade. A educação pode ser uma surpresa ao ser considerada assim, mas é preciso levar em conta que ela pode estar voltada para a mais estrita profissionalização, por vezes em atividade a ser exercida em situações de risco ou em ambientes poluídos. Não se pode desconsiderar, no entanto, que as duas variáveis – bem aproveitadas – têm contribuição positiva para a qualidade de vida, o que será comprovado pela longevidade mais alta.

A visão de qualidade de vida como passível de se expressar na longevidade média da população está fortemente influenciada pelas proposições de Amartya Sen, as quais contribuíram decisivamente para a elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano. Como se sabe, o autor foi o formulador mais hábil de uma concepção que põe em destaque as escolhas que os grupos sociais fazem para o seu estilo de vida. Em trabalho que se tornou clássico, tomava como ilustração um romance de Dickens, que mostrava que os mineiros de um certo local “evitavam que suas famílias passassem fome e necessidades, porém morriam prematuramente” (NUSSBAUM & SEN, 1998:15). Ou seja, destacava que melhores condições de vida

* Sociólogo, Prof. Dr. de Administração Pública e pesquisador principal do Projeto OQVSA/Fapesp. Email: rkeinert@fgvsp.br

poderiam proporcionar melhores escolhas em estilos de vida, o que – por sua vez – implicaria em maior longevidade, embora não houvesse garantia prévia de que isso acontecesse necessariamente. E exemplificava com vários casos nacionais em que rendas mais altas não implicavam em maior longevidade média, quando comparados a outras nações com rendas mais baixas e longevidade mais alta.

Com esses focos em mente, foi elaborado o Índice de Desenvolvimento Humano, pelo PNUD, que se tornou o principal classificador comparativo dos Estados-membros filiados. O IDH é composto por três variáveis, passíveis de desdobramentos internos. As variáveis referem-se à renda *per capita*, escolaridade e expectativa de vida. O suposto envolvido é o de que renda e escolaridade mais altas permitam escolhas de estilos de vida mais compatíveis com a possibilidade de se viver mais e melhor.

A partir do IDH, vários outros índices e medidores foram construídos por diversas instituições e analisados em alguns textos produzidos pela Equipe de Pesquisa apresentados ao X Congresso da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR, 2003). Como resultado de todas essas considerações, foi elaborada uma proposta alternativa de monitoramento de qualidade de vida no nível local, que toma a longevidade como resultante de condições urbanas sobre as quais a comunidade (poder público local, empresários, organizações não-governamentais, entidades da sociedade civil) pode interferir. Essa interferência pode se dar por ação direta ou por capacidade de reivindicar ações de outros poderes ou instâncias.

Desse modo, entende-se que qualidade de vida pode ser expressa tomando-se a longevidade como dependente de um conjunto de variáveis que, por sua vez, expressam condições objetivas e subjetivas. São elas:

- condições de habitação
- provisão de água encanada
- provisão de esgoto
- nível de risco de enchentes
- nível de risco de desmoronamentos
- acessibilidade a serviços de primeira necessidade
- acessibilidade a serviços de saúde
- acessibilidade a serviços de educação
- índices de violência
- índices de acidentes de trânsito
- índices de poluição.

Acentuam-se, portanto, variáveis locais. Um primeiro levantamento dessas variáveis foi conduzido por Keinert (2003). A coleta dos dados revelou-se de muito difícil execução, mas os problemas podem ser contornados no futuro com um esforço concentrado para compatibilizar os modos como são sistematizadas e arquivadas as

informações. Uma constatação que pode ser tomada como resultado desta pesquisa foi a de que as fontes de dados não são conversíveis entre si. O custo seria relativamente baixo, demandando tão somente esforços de integração entre as diferentes metodologias de coleta e disponibilização de dados.¹

Referências bibliográficas

ANPUR, 2003. Mesa-Redonda “Qualidade de Vida nas Cidades: Novas Abordagens, Metodologias de Avaliação e Uma Proposta de Observatório Local”. Papers apresentados ao X Congresso da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Belo Horizonte, maio 2003.

KEINERT, R. C. “UMA PROPOSTA DE OBSERVATÓRIO LOCAL DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA URBANA”, X Congresso da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Belo Horizonte, maio 2003.

KEINERT, T.M.M., KARRUZ, A.P. e KARRUZ, S.M. – “Sistemas locais de informação e a gestão pública da qualidade de vida nas cidades”. In KEINERT, T.M.M. e KARRUZ, A.P., *Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

NUSSBAUM, M.C. e SEN, Amartya – *La calidad de vida*. Cidade do México: FCE/The U.N. University, 1998.

SEN, Amartya – *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹ A criação da Coordenadoria de Indicadores Sociais, no ano de 2001, na Prefeitura de Santo André (PMSA), pelo então prefeito Celso Augusto Daniel constitui-se em um passo na direção de obter-se dados intersetoriais. Como foi constatado no decorrer do projeto, dados existem em abundância nas diferentes secretarias, o problema é que utilizam metodologias diferenciadas de coleta e sistematização.